

AVOCATÓRIA: violação do "juiz natural" ou uma exigência de nossos tempos?

ADHEMAR FERREIRA MACIEL*

*Juiz do Tribunal Regional Federal da 1ª Região,
Professor da Universidade de Brasília e da
Faculdade de Direito Milton Campos (Belo Horizonte).*

Sumário:

I – A "Carta de Canela". II – Objetivo do artigo doutrinário. III – Raízes da advocatória. O writ of certiorari do direito anglo-americano. Competências da Suprema Corte dos Estados Unidos da América. Conceito do certiorari. Emprego. Procedimento. IV – O per saltum do direito argentino. Conceito. O "Caso Dromi". V – A Emenda Constitucional n. 7/77. VI – Necessidade da criação de instrumento para resolver, de modo rápido, a uniformização dos denominados "direitos individuais homogêneos".

I – A "Carta de Canela"

No VII Encontro Nacional de Juizes Federais do Brasil, em meado de novembro de 1991, no Rio Grande do Sul, foi elaborada a "Carta de Canela", onde se repudia a tentativa de reintrodução em nosso

ordenamento jurídico do instituto da avocatória¹. único tribunal previsto expressamente pela Constituição norte-americana foi a Suprema Corte.

A "Carta de Canela" ficou assim redigida:

Os Juízes Federais, reunidos no VII Encontro Nacional, manifestam-se contrários à reedição da avocatória, lembrando que este instituto processual não se coaduna com o momento histórico em que vivemos. Várias instituições oficiais, com o restabelecimento das liberdades democráticas, foram conquistando o apoio e a confiança da população, sendo que, no caso do Judiciário, passou ele a ser o último reduto em que o povo deposita suas esperanças.

A Constituição de 1988, absolutamente primorosa quanto a direitos e garantias fundamentais e coletivas, não comporta emenda que, ainda por via transversa, vise a suprimir a garantia do Juiz Natural, aquele a quem, de imediato, é entregue a causa e está mais próximo do jurisdicionado. Pelos mesmos motivos, manifestam os Juízes Federais do Brasil o seu repúdio ao projeto de lei que limita a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público, por seu conteúdo contrário ao exercício da cidadania e seus direitos, como o livre acesso ao Judiciário, em flagrante inconstitucionalidade.

Os Juízes Federais, preocupados com tais iniciativas, conclamam os parlamentares e a sociedade para a repulsa a essas pretensões, vez que entendem não haver mais espaço político para tais atentados à nossa vocação democrática, neste momento em que o projeto é construir uma sociedade justa, democrática e participativa².

II – Objetivo do artigo doutrinário

¹ O Governo enviou ao Congresso projeto acrescentando a alínea r ao inciso I do art. 102 da Constituição: "Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: I - processar e julgar, originariamente: r) as causas processadas perante quaisquer juizes ou tribunais, cuja avocação deferir a pedido do Procurador-Geral da República ou do Advogado-Geral da União, quando decorrer imediato perigo de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança ou às finanças públicas, para que se suspendam os efeitos da decisão proferida e para que o conhecimento integral da lide lhe seja devolvido".

² Revista da Ajufe, n. 31/6.

Neste pequeno e despretensioso artigo doutrinário, não vou, à evidência, defender ou mesmo desancar mais ainda o execrado instituto jurídico. Longe das emoções contagiantes dos auditórios, quero, apenas, tecer ligeiras considerações sobre a avocatória e um ou outro instituto estrangeiro afim.

No Brasil, infelizmente, a avocatória está associada aos governos autocráticos, daí essa compreensível predisposição em repudiá-la. Nem por isso, porém, seu valor poderá ser desprezado ou ignorado. O tema merece ser discutido com isenção e propósito prático. O Supremo Tribunal Federal, como sua história nos mostra, foi muito parcimonioso e comedido em seu uso. Isso, por ai só, já é um sério argumento em favor de sua reintrodução em nosso ordenamento jurídico. Alcides de Mendonça Lima, em artigo publicado no jornal Zero Hora de 15-10-1991, lembra que a

medida, porém, merece ser adotada exatamente pelos benefícios que pode originar para o contexto forense. Há sempre várias ações que se apresentam, de um modo geral, com a mesma causa de pedir e com o mesmo pedido. Quanto à aplicação de norma jurídica constitucional debatida de uma penada só, o Supremo julgará todas, que, se assim não for, todas terminarão no mesmo destino, mas uma de cada vez.

III – Raízes da avocatória. O *writ of certiorari* do direito anglo-americano. Competências da Suprema Corte dos Estados Unidos da América. Conceito do *certiorari*. Emprego. Procedimento

Ainda que se procure ver na avocatória um instituto de raízes lusas³, ela, na verdade, como muitas outras garantias constitucionais, foi inspirada em *writ* do direito anglo-americano⁴. Por outro lado, vem a pêlo

³ Cabia ao Ouvidor-Geral do Brasil, de acordo com o art. 11 de seu regulamento (1628), "avocar a seu arbítrio" os feitos civis ou criminais em julgamento pela instância inferior (ver Ígor Tenório, o *certiorari* americano e a avocatória no STF, RILSF, 61:183 e s.).

⁴ Quero fazer, desde já, uma advertência. O direito norte-americano, embora tenha muitos pontos de contato com o direito inglês, pois ambos fazem parte da mesma família, dele

lembrar que na vigência da Constituição de 1891 foi editada a Lei n. 221, de 20-11-1894, que complementou a organização da Justiça Federal, criada pelo Decreto n. 848, de 11-10-1890. Em suas "disposições gerais", no art. 79, a lei falava em "*avocatórias para restabelecimento da jurisdição dos juízes federal e local*".⁵

Como se sabe, o único tribunal previsto expressamente pela Constituição norte-americana foi a Suprema Corte (art. III, Seção 1)⁶. Os demais tribunais, na órbita federal, ficaram a cargo do Congresso, através de lei ordinária. Como os Estados Unidos são um Estado federal, necessária se fez a instituição de mecanismos processuais de uniformização do direito aplicado pelos tribunais federais e estaduais. Com isso se atribuiu à Suprema Corte mais de uma competência. Alguns casos ou controvérsias deveriam ser decididos em primeira, única e última instância pela Corte; outros, ao contrário, teriam que ser julgados primeiramente pelos tribunais inferiores. No primeiro caso, temos a denominada *original jurisdiction*; no segundo, a *appellate jurisdiction*.

O constituinte de 1787, na hora da distribuição das competências ao Poder Judiciário, procurou reservar para a Suprema Corte somente aqueles casos ou controvérsias que, sob a óptica federalista, não ficariam bem ser decididos por tribunais federais ou

se extrema, tendendo para uma posição intermediária entre o direito inglês propriamente dito e o direito denominado "continental" (em oposição ao direito das "Ilhas Britânicas"), onde o direito brasileiro deita suas principais raízes (cf. René David, Tratado de derecho civil com parados, Madrid, Revista de Derecho Privado). Podemos dizer que o nosso direito, como de resto todo "direito continental", tem sua estrutura calcada sobretudo na lei congressual e não nas decisões pretorianas. Daí Manuel García-Pelayo, ao falar sobre a conceituação do "Estado de Direito", frisar: "...para el pensamiento continental, y en general para el concepto racional normativo de constitución, el Derecho se identifica con la ley. Pero no sucede así en los pueblos anglosajones, por más que, como también hemos indicado, se haya producido en ellos una especie de legalización del common law e incluso de EQUITY (Derecho constitucional comparado, 2ª ed., Madrid, Revista de Occidente, p. 148).

⁵ Tal dispositivo toma foros de lei interpretativa, pois diz que tal advocação não feria o disposto no art. 62 da Constituição, o qual vedava qualquer intrusão da justiça da União nas justiças dos Estados-Membros e vice-versa.

⁶ The judicial power of the United States shall be vested in one supreme court, and in such inferior courts as the Congress may, from time to time, ordain and establish.

estaduais⁷. A Suprema Corte, como órgão *sui generis*, de cúpula nacional, ficou com a competência privativa de julgar litígios entre a União, de um lado, e entidades federadas, do outro, ou, então, entre essas últimas. Também os conflitos de interesses envolvendo pessoal ligado ao corpo diplomático ou, ainda, litígio entre cidadãos de um Estado-Membro com outro Estado-Membro diferente deveriam ser solucionados pela Suprema Corte. Evidentemente, o Congresso não pode, através de lei ordinária, atribuir mais competência originária à Suprema Corte do que já está na Constituição. Só competência recursal⁸. Todavia, com o escopo de evitar o excesso de serviço para os nove "*Justices*, o Congresso, com a calorosa aprovação da Corte"⁹, estabeleceu *competência concorrente* entre a Suprema Corte e os *District Courts*. Deixou exclusivamente para a Suprema Corte, porém, aquilo que dela não se poderia mais tirar: solução de litígios entre as entidades federadas.

A maior atividade da Suprema Corte está na sua competência recursal. A competência originária é inexpressiva. Desde o final do século passado, os "*Justices* vinham se queixando de excesso de serviço, que os impedia de se debruçarem sobre questões mais importantes e relevantes para o país. O Congresso, por duas vezes, uma em 1891, através do *Court of Appeals Act*, e outra, em 1925, através de um *Judiciary Act*, desafogaram a Corte, criando tribunais intermediários e diminuindo os casos de exame obrigatório (*mandatory cases*)¹⁰. Ordinariamente, a Suprema Corte julga os *writs of appeal e certiorari* de decisões de última ou única instâncias dos tribunais federais ou estaduais. Também através do instituto da *certification*, de raro emprego¹¹, podem-se agitar, de modo

⁷ Para melhor entendimento da distribuição das competências para as cortes federais, ver as justificações de Hamilton em O federalista, n. 80, e Thomas M. Cooley, The general principles of constitutional law in the United States of America, 4. ed., Boston, Little Brown, and Company, 1931, p. 151 e s.

⁸ Cf. Westel W. Willoughby, Principles of the constitutional law of the United States, 2. ed., New York, Baker, Voorhis, 1938.

⁹ Henry J. Abraham, The judicial process, 5 ed., Oxford University Press, p. 179.

¹⁰ Cf. Lawrence Baum, The Supreme Court, 2. ed., Washington, D.C., Congressional Quarterly Inc., p. 88, 89 e 104.

¹¹ Henry J. Abraham, The judicial process, cit., p. 181 e 188.

célere, questões de direito, tanto em matéria civil quanto em penal, aforadas nas *Courts of Appeals* ou na *Court of Claims*¹². O velho *writ of error*¹³, inspirador dos "recursos extraordinários" argentino¹⁴ e brasileiro¹⁵, foi revogado por lei (*statute*) do Congresso em 1928¹⁶. Através de *extraordinary writs*, como o *quo warranto* e o *habeas corpus*, também se pode recorrer de decisões *a quo*. O *writ of certiorari*¹⁷, que foi a fonte de nossa avocatória, já vinha conceituado no vetusto Compêndio (*Abridgement*) de Bacon:

Um *CERTIORARI* é um *WRIT* original, emitido por corte ou pelo Tribunal do Rei diretamente para os juízes ou autoridades de cortes inferiores, ordenando-lhes enviar os autos de uma causa aí pendente (de julgamento) para que a parte possa obter justiça mais segura e rápida...¹⁸.

O propósito primeiro do *certiorari* – afiançava o clássico DICEY – é a prevenção por uma corte superior do excesso de competência ou de abuso do processo legal pela ofensa das regras de justiça natural por parte de uma corte inferior.¹⁹

O efeito da concessão e utilidade do writ – ensinava Bailey antes das modificações do instituto pelo Congresso – não é esvaziar o julgamento ou a ação no tribunal inferior, como uma apelação que enseja uma nova instância sobre o mérito, mas simplesmente deslocar os autos para o tribunal

¹² *Ibidem*, p. 181.

¹³ O *writ of error* foi utilizado pelo Congresso para assegurar a *federal supremacy*. Aparece na seção 25 do *Judiciary Act* de 1789 (cf. Henry Steele Commager, *Documents of American History*, Appleton – Century – Crofts, 1958, p. 154).

¹⁴ A primeira lei Argentina que tratou do tema foi a de n. 27, de 16-10-1862 (art 7º), mais tarde alterada pela Lei n. 48, de 14-9-1863 (cf. José Carlos de Matos Peixoto, *Recurso extraordinário*, Freitas Bastos, 1935, p. 100 e s.).

¹⁵ O nome "recurso extraordinário", de cunho argentino, só aparece cora o primeiro Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, que é de 8-2-1891.

¹⁶ Henry J. Abraham, cit., p. 181.

¹⁷ Pode-se falar *writ of certiorari*, *certiorari* ou escrever-se abreviadamente cert. O verbo latino certioro, as, avi, atum, are, que deu cerciorarem espanhol, significa "assegurar", "manifestar", "fazer saber", "dar a conhecer" (cf. Vicente Salvá, *Nuevo valbuena o diccionario latino/español*, Paris, Garnier, 13. ed., 1862, p. 151).

¹⁸ *A certiorari is an original writ issuing out of chancery or the King's Bench, directed to the judges or officers of inferior courts, commanding them to return the records of a cause de pending before them, to the end that the party may have the more aure and apeedy justice...* (cf. W. F. Bailey, *A treatise on the law of "habeas corpus" and special remedies*, T. H. Flood, 1913, v. 1, p. 621).

¹⁹ *Introduction to the study of the law of the Constitution*, 9. ed., London, MacMillan, 1952, p. 523.

superior para controle e, em decorrência, possibilitar que tal tribunal declare se o tribunal inferior tem a competência legal para fazer o julgamento ou realizar tal ato.²⁰

A regra geral é de que o *certiorari* só pode ser usado quando não houver outro meio adequado e eficiente para a solução da testilha²¹. Seu uso pelas supremas cortes estaduais americanas é muito restrito e tende a desaparecer totalmente²².

Quando o sucumbente não tem como lançar mão do *writ of appeal*, ele pode deduzir perante a Suprema Corte uma *petition for certiorari*. O *recorrente* (*petitioner* ou *plaintiff*) faz um resumo dos fatos e de suas razões jurídicas. Cada um dos nove juízes (*Justices*) da Suprema Corte recebe uma cópia da petição. Há um contraditório, pois o recorrido (*respondent*) é ouvido. De acordo com o Regimento Interno da Suprema Corte (*Court's Rules*), só se pode conceder o pedido "*quando houver razões especiais e importantes para tal*". É o que se chama de "*substantial question*" para fins de concessão do *certiorari*. Os "*Justices*", em Conselho²³, isto é, reservadamente, votam admitindo ou não o *writ*. Para a admissão basta um quórum de quatro. O principal "*plaintiff*" de *certiorari* é o próprio Governo federal. Seus pedidos são colocados em primeiro lugar e ficam na "lista especial" de espera²⁴. Ordinariamente, o Governo, como qualquer demandante particular, só pode recorrer via

²⁰ *The effect of issuing and serving of the writ is not to open or vacate the judgment or action of the inferior tribunal, like an appeal giving a new trial upon the merits, but merely to remove the records thereof to the superior court for inspection, and thus enable such court to determine whether the inferior tribunal had the rightful jurisdiction to render judgment or perform such act* (A treatise, cit., v. 1, p. 621 e seg.).

²¹ Cf. Bailey, A treatise, cit., v. 1, p. 647.

²² Cf. verbete no Black's law dictionary, 5. ed., St. Paul Minn., West Publishing Co., 1979, p. 207.

²³ Toda semana, às sextas-feiras, os "*Brethren*" ("irmãos", como eles se tratam) se reúnem a portas fechadas no primeiro andar do prédio da Suprema Corte, em Washington, D.C., para o "*Conference Day*". Antes da Corte Warren, a reunião em Conselho se fazia aos sábados. Grandes temas são ali tratados; grandes decisões tomadas. Na austera mesa de mogno, o presidente da Corte (*Chief Justice*) ocupa a cabeceira aul. Do lado oposto se assenta o juiz mais antigo (*Senior Associate Justice*). Os demais "*Associate Justices*" ficam quatro de um lado e três do outro. (Para maiores detalhes, ver Henry Abraham, obra citada, cit., p. 203 e seg.).

²⁴ Henry Abraham, obra citada, p. 186.

certiorari depois de sucumbir em tribunal de recursos (*Court of Appeals*). "Mas o Regimento Interno da Suprema Corte possibilitava então, como ainda possibilita, ao litigante que perde no *District Court* tentar imediata revisão na Suprema Corte sem passar pelo *Court of Appeals*"²⁵.

A Suprema Corte nem sempre concede o *writ* só para "grandes" casos. Às vezes, causas que não dão alçada para *appeal*, onde o interessado imediato é o particular e não o governo, podem chegar à mais alta Corte via *certiorari*. Foi o que se deu no *Thompson v. City of Louisville et al.* 362 U.S. 199 (1960). Um cidadão (Sam Thompson) foi multado pela *Police Court* da cidade de Louisville (Kentucky) em 10 dólares por vadiagem e em 10 dólares por perturbação da ordem pública. A causa, em virtude de seu valor, não dava alçada para apelação. Thompson, então, entrou diretamente com um pedido de *certiorari*. A Suprema Corte dos Estados Unidos concedeu o *writ* ao argumento de que a decisão recorrida tinha violado a cláusula constitucional do "devido processo legal". Processualmente, muitas razões, a líbrito dos "*Justices*", podem ensejar a "*grant of certiorari*" (concessão). Menciono apenas duas: a) quando um tribunal estadual ou um tribunal federal enfrentam fatos subsumidos em lei federal e que nunca foram, antes, solucionados pela Suprema Corte; b) quando o tribunal inferior decide conflitante-mente com os precedentes da própria Suprema Corte.²⁶

IV – O *per saltum* do direito argentino. Conceito. O "Caso Dromi"

Na República Argentina, a Lei n. 23.774, sancionada em 5-4-1990 e promulgada pelo Decreto n. 670/90, alterou os arts. 280 e 285 do "*Código de Processo Civil y Comercial de la Nación, incorporando el writ of certiorari al derecho positivo argentino*".²⁷ Menos de três anos antes, em

²⁵ William H. Rehnquist, *The Supreme Court, how it was, how it is*, Quill, 1st ed.. p. 55.

²⁶ Henry Abraham, obra citada, pp. 183 e 184.

²⁷ HORÁCIO D. CREO BAY, *Recurso extraordinário por salto de instancia*, Ed. Astrea,

novembro de 1987, o Governo argentino enviara ao Congresso um projeto instituindo além do *certiorari* o instituto do *per saltum*, que deveria ser utilizado pela Suprema Corte só nos casos de excepcional "*gravedad institucional*". O instituto do *per saltum* não passou no Congresso. A Suprema Corte, todavia, dele se utilizou no denominado "Caso Dromi".²⁸

O Professor Germán J. Bidart Campos assim define o instituto:

La locución *per saltum* alude a un salto en las instancias proce-sales y se aplica a la hipótesis en que la Corte Suprema conoce de una causa judicial radicada ante tribunales inferiores, saltando una o más instancias. Se deja de recorrer una o más de ellas, y por salto desde una inferior la causa entra a la competencia de la Corte, omitiéndose una o más intermedias²⁹.

V – A Emenda Constitucional n. 7/77

Feitas essas rápidas considerações sobre dois institutos alienígenas, passemos ao direito brasileiro.

Como se sabe, no Governo Geisel editou-se a Emenda Constitucional n. 7/77, conhecida como "Reforma do Poder Judiciário". Tal emenda foi precedida de amplo estudo, debates e sugestões visando a um melhor desempenho do Judiciário. Três ministros do Supremo Tribunal Federal – Thompson Flores (presidente), Xavier de Albuquerque e Rodrigues Alckmin (relator) – se encarregaram de fazer um "Diagnóstico"

1990, p. 20.

²⁸ O Professor José Roberto Dromi, conhecido entre nós pelo seu "*Manual de derecho administrativo*", em dois volumes, Ed. Astrea, 1987, era o ministro de *Obras y Servidos Públicos de la Nación* por ocasião do ajuizamento da ação de amparo com o fito de impedir a privatização da empresa *Aerolíneas Argentinas*. O juiz federal concedeu o pedido do autor (um deputado) e determinou que se enquadrasse a privatização de acordo com o art 6º da Lei n. 23.696. O recurso de tal decisão de primeira instância, considerada altamente danosa para o Estado, deveria subir para a segunda instância (Câmara Federal). A Suprema Corte, todavia, avocou o processo "saltando" a instância intermediária.

²⁹ Cf. Horácio D. Creo Bay, obra citada, p. 15.

do Poder Judiciário. No "Diagnóstico" recomendou-se o estabelecimento da avocatória para que, consoante

deliberação em Conselho, possa o Supremo Tribunal Federal chamar a si o exame das causas em que ocorra risco de grave lesão à ordem, à segurança ou às finanças públicas, podendo sustar os efeitos de decisões já proferidas em instâncias inferiores, até definitiva apreciação da espécie³⁰.

A Carta política de 1969, com a Emenda n. 7/77, assim ficou:

Art. 119. Compete ao Supremo Tribunal Federal: I – processar e julgar originariamente:

o) – as causas processadas perante quaisquer juízos ou Tribunais, cuja avocação deferir, a pedido do Procurador-Geral da República, quando decorrer imediato perigo de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança ou às finanças públicas, para que se suspendam os efeitos de decisão proferida e para que o conhecimento integral da lide lhe seja devolvido.

Como se deu com a Suprema Corte Argentina, que se utilizou do *per saltum* mesmo sem previsão legal, nosso Supremo Tribunal Federal, como mostrou o Ministro Evandro Lins e Silva, se havia utilizado de avocação de processo ainda sob a vigência da Constituição de 1946 "para conter abusos, suspendendo a execução de decisões judiciais".³¹

A vigente Constituição brasileira, em seu art. 101, I (competência originária), não fala mais em "avocação". O instituto não foi, pois, recepcionado pela nova ordem jurídica.

Uma das argumentações contra a avocatória, como se viu da "Carta de Canela", é a supressão da garantia do "juiz natural"³², isto é,

³⁰ Reforma do Poder Judiciário, Diagnóstico, Supremo Tribunal Federal, DIN, 1975, pp. 37 e 38.

³¹ *Apud* CARLOS EDUARDO THOMPSON FLORES LENZ, A avocação de causas pelo STF: A avocatória, RILSF, 89/222.

³² José Frederico Marques, depois de dizer que a regra do "juiz natural" tem em nosso ordenamento jurídico um "alcance bem maior do que em outras legislações", preceitua: "Somente se considera juiz natural ou autoridade competente, no Direito brasileiro, o órgão judiciário cujo poder de julgar derive de fontes constitucionais" (A reforma do poder judiciário, 1/79, Saraiva, 1979).

aquele órgão constitucionalmente designado para conhecer e decidir, em primeira mão, a causa que lhe é apresentada pelo jurisdicionado. Seria a substituição de uma "normalidade" (recursos) por uma "anormalidade" (supressão de instâncias). Esse argumento foi um dos utilizados pelo Dr. Carlos S. Fayt (voto vencido) no "Caso Dromi". Horácio D. Creo Bay assim resumiu o voto quanto a este tópico:

Es de interés mucho mayor y perdurable el normal fundonamiento de las instituciones legales que destrabar con impaciencia una circunstancial dificultad administrativa (consid. 31), lo que igual se habría logrado por las vías normales (consid. 33).

Pero es, en realidad, el no haber encontrado ningún tipo de excepción en la ley, el único verdaderamente impeditivo a la admisión del salto de instancia. La mayoría también reafirmó los principios constitucionales pero encontro un ámbito de excepción, bien que sumamente restringido. Es esa la verdadera (y gran) diferencia, la única insalvable, y por cierto que, aunque no la compartimos, tan estricta y fundamental interpretación tiene todo nuestro respeto intelectual.³³

VI – Necessidade da criação de instrumento para resolver, de modo rápido, a uniformização dos denominados "direitos individuais homogêneos"

Recentemente, tivemos na Justiça Federal, tanto de primeiro grau (juízes federais) quanto de segundo (tribunais regionais federais), uma verdadeira inundação de ações relativas à "liberação de cruzados" e aos "147,06% dos aposentados": milhares e milhares de demandantes com mesma *causa petendi* e mesmo *petitum*, vindicando o mesmo direito subjetivo. São os denominados "direitos individuais homogêneos". As decisões judiciais foram as mais díspares possíveis, acarretando liminares sobre liminares. Tais desencontros, embora façam parte de nosso dia-a-dia, acabaram, pelo seu volume, por trazer intranquilidade ao País, gerando incerteza e insegurança jurídicas.

³³ Obra citada, p. 43.

Aqui, então, ficam essas observações. O tema, como se viu, é mais que atual e está a merecer maior estudo e reflexão por parte de nossos juristas e legisladores.